



1.

*[Handwritten signature]*

### ATA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Anfiteatro da Sede da Junta de Freguesia de Urgezes, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Não compareceu o Vereador André Guimarães Coelho Lima, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

### -----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Pelas 10:00 horas, o Presidente da Câmara anunciou que, antes de ser dado início à reunião, iriam atuar os alunos do 5.º ano da EB 2,3 Gil Vicente, que interpretaram temas musicais. -----

Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu aos alunos o momento musical protagonizado que abrilhantou o início desta reunião tendo, de seguida, cumprimentado os presentes, designadamente os Vereadores, o Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes, Miguel Oliveira, e membros do Executivo, a Presidente da Assembleia de Freguesia de Urgezes, Madalena Magalhães, e restantes membros da Assembleia de Freguesia, o Deputado da Assembleia da República, Luís Soares, o Presidente do Conselho de Administração da “VIMÁGUA”, Armindo Costa e Silva, o Presidente do Conselho de Administração da “VITRUS”, Sérgio Castro Rocha, o Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde, Carlos

Guimarães, o Presidente da Associação Cultural e Social de Urgezes, Luís Brites, o Presidente do Grupo Desportivo "Amigos de Urgezes", Albino Pereira, a Diretora do Agrupamento de Escolas Gil Vicente, Isabel Zamith, a Presidente da Associação de Pais do Centro Escolar de Urgezes, Natália Monteiro, o Chefe do CNE de Urgezes, Daniel Ribeiro, o Representante da Fraternidade Nuno Álvares (FNA), José Manuel Araújo, o Presidente da Associação de Comandos, Manuel Oliveira, o Presidente da ARCOV, Daniel Pinto, o escritor Paulo César Gonçalves, os Presidentes de Junta de Freguesia presentes, a equipa técnica da Câmara Municipal que apoia esta reunião de Câmara, a comunicação social e os habitantes de Urgezes presentes. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes, Miguel Oliveira, que fez a sua intervenção lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: "Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Madalena Magalhães, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia, Meus Colegas de Executivo, Luís Abreu e Carlos Miguel Sampaio, Representantes das diversas Instituições da Freguesia e de fora da freguesia, colegas Presidentes de junta, demais convidados, imprensa presente. Em meu nome e em nome dos meus colegas de Executivo da Junta de Freguesia de Urgezes, damos as Boas Vindas a Urgezes, e a todos e agradecemos a vossa presença. Felicitamos a Câmara Municipal de Guimarães por, em boa hora, lançar estas reuniões de Câmara descentralizadas, sem dúvida uma mais-valia para a democracia, uma mais-valia nesta proximidade da política às suas populações e às suas instituições. Urgezes é uma Freguesia, com cerca de 5400 habitantes, marcadamente Urbana, e cada vez mais abraçada pela Urbe, cada vez mais cidade! Contudo, ainda com zonas de cariz rural, o que faz com seja uma freguesia muito



h.

fu

bonita, muito apetecível, quer para se viver, quer para se conviver, quer para se trabalhar!!! Podemos optar nesta freguesia, por viver em zona Urbana (relembro que o Centro Cultural Vila Flor, Teatro Jordão são Urgezes)! Viver em zona suburbana ou Viver em zona rural, em zona marcadamente agrícola (tal como é o meu caso)!! Sendo que, mesmo nesta situação, estamos perto de tudo! A 2 minutos do centro da cidade, a 2 minutos das escolas, do Centro de Saúde, do comércio tradicional, dos hotéis, de 2 estações de comboios, da autoestrada, etc. etc. etc...Estaremos a falar de uma Freguesia perfeita? É claro que não! Muito se tem feito, mas muito haverá a fazer ... sempre haverá mais a fazer! Está na essência do homem e da sociedade! **Quanto ao muito que se tem feito** e de forma muitíssimo sintética, lembro que há 10 anos Urgezes não tinha creche, não tinha ATL nem apoio à família, tinha escolas primárias degradadas e sem cantina (surgiu o nosso CEU), tivemos o crescimento e melhoria das condições das instituições da Freguesia (Urgezes foi dos primeiros a ter os relvados sintéticos) ... uma palavra para a VIMÁGUA, que com as obras em curso em Urgezes, nos aproximamos dos 100% de cobertura de rede de água e saneamento! Mais recentemente, com a Requalificação, ao nível de via, passeios e rede de águas pluviais, da Rua António Costa Guimarães, assim como a 2ª fase de Requalificação da Rua da Maina (pretensão de há muitos anos!!) Além de muitas outras obras realizadas, acresce que, somos dos que defendemos que o papel de uma Junta de Freguesia é muito mais do as obras .... É **Cultura**, é **Educação**, é **Desporto**, é **Ambiente** (esperamos ainda este ano avançar com a criação de uma horta pedagógica e lançamento da Brigada Verde) é **apoio e políticas sociais** (em breve abriremos a nossa loja social, onde se incluirá o banco de camas e artigos ortopédicos) apostamos também na troca de sinergias entre todas as forças vivas da freguesia (CNE, FNA, Paróquia e seus movimentos, ASCU, FONTE SANTA, Amigos de Urgeses,

ARCOV), na **organização conjunta**, de atividades e eventos nas diversas áreas, em prol da nossa comunidade. Assim como no **apoio às atividades e eventos próprios de cada instituição**, com este esforço conjunto, quem sai beneficiados são as pessoas, para as quais as instituições, incluindo as Juntas de freguesia, existem para servir e melhorar as suas condições de vida.

**Quanto ao que há para fazer:** Relembro apenas alguns dos nossos projetos, que sei que terão a maior atenção e apoio do parceiro Câmara Municipal de Guimarães, porque só assim são realizáveis, tais como: Uma das grandes carências da freguesia é uma valência de apoio aos idosos ao nível de Centro de Dia ou Lar residencial (o que existe, não é suficiente), mas que obviamente, passará pela iniciativa de Uma das IPSS, com o apoio da segurança social; Requalificação da antiga Escola Primária da Vaca Negra, nosso polo cultural, não só de Urgezes, mas para todo o Concelho, em especial para a parte Sul do concelho; Requalificação do Bairro Municipal e Bairro Económico (ao nível de vias, passadeiras alteadas, passeios aparcamentos e jardins e canteiros); Alargamento do cemitério; Aumento da área coberta do recreio do Centro Escolar de Urgezes. **Entre muitos outros projetos, mas de esforço financeiro bem menor.** Sabemos que a Câmara Municipal está muito atenta e está empenhada, não só nestes nossos projetos, supra referidos, mas também em outros projetos que se vão concretizar em Urgezes, mas de importância Municipal, tais como o projeto do Monte Cavalinho, assim como os projetos que vão surgir para todo o quarteirão pode de trás dos hotéis, até à Caldeiroa, a requalificação do Teatro Jordão, assim como outros investimentos quer públicos, quer privados, que se vislumbram, projetos, que vão fazer crescer não só a nossa freguesia, como a cidade de Guimarães. Muito mais havia a dizer, que por limitação de tempo não o conseguirei fazer. Termino, citando o (REFRÃO) do Hino de Urgezes – texto de Paulo César Gonçalves: “Urgezes, bela e ditosa



1.

de teus filhos sempre à mercê, és alta, saudável e vistosa;(10) menina dos olhos de quem te vê"; Obrigado a todos!" -----

De seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Arq. Artur Corte Real, que fez a apresentação do projeto do Edifício da Vaca Negra, que funciona hoje como equipamento cultural. --- Nesta altura, o Presidente da Câmara deu a palavra aos alunos da EB 2,3 Gil Vicente para que, se pretendessem, pudessem colocar as suas questões. ----- Assim, o Simão, aluno do 9.º ano, referiu a aprovação, no âmbito do Orçamento Participativo Escolas 2018, do projeto "Ligações Intergeracionais", tendo como objetivos ajudar os idosos no combate à solidão através do computador e da internet, o fortalecimento de relações e laços de amizade entre gerações e o desenvolvimento social e cívico dos alunos colaboradores. Nesta sequência, perguntou para quando estava prevista a entrega do equipamento. Sobre esta questão, o Presidente da Câmara elogiou o projeto e disse que o processo de aquisição do equipamento estava a ser ultimado, pelo que brevemente o equipamento iria ser entregue. -----

#### -----INTERVENÇÕES-----

**1 - Vereador Bruno Fernandes** - Cumprimentou os presentes, designadamente o Presidente da Câmara, os Vereadores, o Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes e todas as instituições e comunidade da Freguesia de Urgezes. Disse que, por motivo de doença, o Vereador André Coelho Lima não poderia estar presente nesta reunião, pelo que a habitual intervenção inicial iria ser por si apresentada. Continuou, elogiando as reuniões descentralizadas, considerando-as uma feliz iniciativa da Câmara Municipal na medida em que reforçam a proximidade entre eleitos e eleitores, entre a administração municipal e as várias comunidades das freguesias onde são realizadas as reuniões, constituindo, também, uma



oportunidade para que os movimentos cívicos possam partilhar o seu trabalho, ambições e anseios. Disse que a Freguesia de Urgezes é um território mais urbano do que suburbano, referindo a sua posição de charneira em relação ao crescimento e desenvolvimento da cidade para Sul, assumindo, assim, uma importância relevante, não apenas para a sua dinâmica, mas também no seu posicionamento estratégico para com a cidade. Referiu o problema da mobilidade, acrescentando que continuavam a defender a resolução de um dos principais problemas das freguesias a Sul da cidade, através da execução de um túnel desde o topo da Av.ª D. João IV até Covas, permitindo eliminar alguns pontos negros de acesso à Cidade, como é o caso do Nó do Castanheiro. Acrescentou, ainda, que o referido túnel poderia, de igual forma, permitir a execução de uma circular desde a Av.ª D. João IV até à Freguesia de Mesão Frio, distribuindo, assim, o fluxo de trânsito proveniente da parte Sul da cidade. No que respeita à apresentação e à partilha dos projetos pela Câmara Municipal nas reuniões descentralizadas, recordou o projeto apresentado na última reunião descentralizada, em Sande S. Martinho, que, na sua opinião, era pouco consistente. Referiu outros projetos apresentados nas reuniões descentralizadas, nomeadamente, o estudo da centralidade da Vila de Serzedelo, em 2015, a requalificação da EB 2,3 de S. Torcato, em 2014, o cemitério de Briteiros, a envolvente à Capela de Santa Luzia, na União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, em 2016, que ainda hoje não estão executados. Assim, em relação à intervenção que hoje foi apresentada, perguntou para quando será a obra executada. Finalizou, dizendo que os projetos, quando apresentados, deveriam ter associados um calendário, um horizonte temporal, para que os cidadãos possam saber quando tal vai ser concretizado. -----

**2 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: a) -**



L.

*fm*

Quanto ao que foi referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes, disse que esta freguesia tem tido, nos últimos anos, intervenções muito importantes, exemplificando com a requalificação urbanística da Rua António Costa Guimarães e da Rua da Maina. Referiu a intervenção urbanística que está a ser preparada para o Monte Cavalinho, um projeto contemporâneo que tem em conta duas infraestruturas importantes: o parque de estacionamento com cerca de 400 lugares e uma via estruturante de ligação à Rua António Costa Guimarães, Estação de caminho-de-ferro e a Av.ª D. João IV. Continuou, referindo que o equipamento cultural da Vaca Negra já está a funcionar há alguns anos servindo toda a comunidade de Urgezes, prevendo-se, brevemente, a requalificação do espaço envolvente ao Bairro Económico por forma a criar segurança e conforto à população. Acrescentou que o alargamento do cemitério se enquadra, igualmente, no conjunto de obras importantes que devem ser executadas brevemente. Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes pelo trabalho realizado junto da comunidade educativa, nomeadamente o Centro Escolar de Urgezes e a EB 2,3 de Gil Vicente, bem como pelo seu empenho em criar uma Loja Social juntamente com Yannick Valette, cidadão que tem desenvolvido um trabalho importante no domínio social em todo o concelho e em rede com as instituições particulares de solidariedade social, nomeadamente com a disponibilização de equipamento e material de apoio a idosos e doentes. Referiu a Brigada Verde de Urgezes, a constituir brevemente, a Horta Pedagógica e o Bosque do Cavalinho como fatores importantes para a preservação e a fruição da natureza. Mencionou o Lar Residencial D. Leonor, a Associação Social e Cultural de Urgezes e o Grupo Desportivo e Recreativo Os Amigos de Urgezes como entidades importantes na oferta de apoio social e de proximidade à população de Urgezes. Finalizou, dizendo que, estando a Freguesia de Urgezes tão próxima da

cidade, é importante que as intervenções urbanísticas a executar acrescentem qualidade e não dificuldades a quem habita em Urgezes; b) - No que respeita à intervenção do Vereador Bruno Fernandes, começou por clarificar que 60% do orçamento municipal destina-se a despesas de funcionamento da Câmara Municipal, pelo que só cerca de 20 a 25 milhões por ano se destinam a investimento. Quanto aos projetos expostos nas demais freguesias mencionadas na intervenção, disse que são pretensões das Juntas de Freguesia validadas pela Câmara Municipal, explicando que tudo tem um tempo próprio, considerando as variáveis envolvidas, como a aquisição de terrenos, o desenvolvimento do projeto, o concurso para a obra e a sua conclusão que, por vezes, demora 3, 4 ou mais anos. Afirmou que o compromisso com os eleitores é pelo período do mandato. Disse que a obra a realizar na EB 2,3 de S. Torcato irá muito mais além daquilo que estava previsto, nomeadamente a cobertura do pátio com claraboia, originando, assim, um espaço que possibilite o recreio e outras atividades pedagógicas. Quanto às questões da mobilidade defendeu que a intervenção deve ser suave, permitindo que os atravessamentos possam servir a população. A este propósito, informou que está a ser feito o levantamento topográfico e geométrico para a execução de um canal desde a saída da autoestrada, em Pinheiro, atravessando a Freguesia de Urgezes, passando pela encosta da Costa e fechando em Mesão Frio. Acrescentou que este projeto, que não será executado neste mandato, implicará a execução de estudos de impacto ambiental e preliminar que determinarão a sua execução ou não. Considerou que a execução de um túnel desde a Av.ª D. João IV até Covas pode não ser razoável, tendo feito a comparação com o custo da passagem desnivelada em Silvares, estimado em 3,3 milhões, pelo que envolverá certamente valores muito elevados. Disse, ainda, que se o estudo do fecho da Variante em Mesão Frio concluir que a melhor solução é a execução do





Li.  
m

túnel, estará disponível para avaliar a ideia na defesa dos interesses dos vimaranenses. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da seguinte informação: **"Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães – Subsídio** - Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 13/12/2018, pela qual foi atribuído ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães um subsídio destinado a assegurar a realização do jantar de Natal dos trabalhadores da autarquia, no valor inicial estimado de €24.600,00, informa-se que o valor final correspondeu a €22.140,00." -----
2. Da seguinte informação: **"Aquisição de serviços - Estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local** - A Resolução da Assembleia da República nº 100/2016, de 6 de junho, registou a necessidade de classificar e valorizar as lojas históricas, assumindo como objetivo a alteração ao regime jurídico do arrendamento urbano, garantindo, no âmbito dessa revisão, a fixação de regras que permitam a viabilização do funcionamento das lojas históricas. A Lei nº 42/2017, de 14 de junho, em anexo, estabelece como critério de reconhecimento e classificação dos estabelecimentos e entidades históricas, a sua atividade e património material e imaterial. Neste sentido, a Divisão de Desenvolvimento Económico considerou oportuno reunir com as Divisões do Turismo, Centro Histórico e com o Departamento da Cultura a fim de apresentar e analisar a adesão ao programa de **reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local**, um projeto que pretende promover a classificação e a distinção de estabelecimentos comerciais e unidades de cafetaria, restauração e similares que se destacam pela sua singularidade e pelo reconhecido valor que têm e que contribui

para a identidade e qualidade da paisagem urbana da cidade e do Concelho de Guimarães. A classificação deve ser orientada por fatores distintivos, designadamente, lojas que comercializam produtos de excelência; que mantêm a mesma atividade há 25 ou mais anos; que constituem espaços de referência artística ou arquitetónica, e/ou que adquirem especial relevância na história da cidade, enquanto lugar de acontecimento histórico, por ser a única resistente num determinado tipo de atividade ou por ser referência na linguagem comum dos residentes, considerando vários parâmetros e critérios de avaliação, associados, nomeadamente ao estabelecimento/atividade e ao património. Face ao exposto e caso seja superiormente autorizado, propõe-se a criação de uma equipa multidisciplinar, composta por representantes das divisões envolvidas, para coordenar e acompanhar o desenvolvimento do projeto. Propõe-se, ainda, a abertura de um procedimento de ajuste direto para a prestação de serviços de apoio ao programa de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, sendo que, após consulta informal ao mercado, estima-se que o valor seja de €18.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor." -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro, para



h.i.

o transporte de idosos, no dia 3 de abril, a Fátima. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito de um passeio direcionado à população sénior e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 21 de fevereiro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.”

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Gandarela solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro, para o transporte dos elementos da equipa de futebol do CCDC de Gandarela, no dia 23 de fevereiro, a Anadia. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da participação da Equipa de Futebol de 5, no evento Elite Minifootball Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 13 de fevereiro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, IP PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TRIBUNAL EM GUIMARÃES** – Presente

a seguinte proposta: “Para a prossecução das suas atribuições, compete ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) a gestão do património afeto à área da justiça, apresentando propostas de financiamento mais adequadas de acordo com o plano estratégico definido para o setor e promovendo a realização de estudos relativos ao património imobiliário, propondo a adoção das medidas necessárias ao bom funcionamento dos serviços de justiça; As deficiências de espaço e de funcionalidade que existem no edifício afeto aos Juízos Centrais Cíveis de Guimarães, atualmente instalados na freguesia de Creixomil, não podem ser adequadamente colmatadas com a remodelação daquelas instalações, exigindo a sua resolução a construção de um edifício de raiz, de acordo com os programas atualizados dos serviços, onde se pretendem agrupar, também o Juízo Local Cível, Família e Menores, Trabalho, Comércio e Execução. Com vista à construção deste novo edifício o IGFEJ apresentou ao Município de Guimarães um pedido para a cedência terrenos onde o edifício pudesse ser edificado. Considerando que, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente em articulação com entidades da administração central, o Município de Guimarães tem todo o interesse em cooperar com o IGFEJ com vista à criação das condições adequadas de funcionamento dos tribunais instalados na cidade de Guimarães, uma vez que reconhece as deficientes condições do atual Tribunal, a funcionar na freguesia de Creixomil, bem como a necessidade e conveniência de agrupar, num único edifício, as novas valências judiciais. Neste contexto, deve o Município aceitar cooperar com o IGFEJ através da cedência dos terrenos necessários à edificação do novo Tribunal, disponibilizando dois lotes de terreno, localizados no Lugar do Outeiro, na Freguesia de Mesão Frio, identificados como lotes 2 e 3A do



L.

loteamento licenciado pelo alvará de loteamento n.º 19/07. No entanto, e uma vez que o Município apenas tem conhecimento do programa de áreas para as valências a instalar no futuro edifício do Tribunal, programa que, de acordo com o IGFEJ, ainda poderá vir a sofrer alterações no âmbito da reavaliação global do mapa judiciário em curso, cujo estudo será apresentado pela Direção Geral da Administração da Justiça até ao final do mês de junho, estes lotes poderão sofrer alteração na sua composição e, em consequência, dos respetivos valores patrimoniais, em função da alteração ao loteamento que o Município irá promover, com vista à melhor adequação dos lotes e do loteamento à sua nova funcionalidade. Será, assim, necessário que o IGFEJ entregue, ao Município, os elementos finais relativos ao estudo prévio do edifício que, em concreto, se pretende executar no local. Com base nestes pressupostos, e ao abrigo da competência prevista na al. r) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., nos termos do documento que se junta em anexo (Anexo I). Posteriormente, aquando do conhecimento dos valores rigorosos quer quanto às áreas, quer quantos aos valores patrimoniais dos lotes a transmitir, em direito de superfície, para o IGFEJ, será apresentada uma proposta definitiva à aprovação dos órgãos municipais competentes e a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos das referidas normas legais e do art.º 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – PROJETO DE REGULAMENTO DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação.

“O Município de Guimarães tem vindo, ao longo dos últimos anos, a apostar



em políticas económicas para o Concelho, nomeadamente através da realização de investimentos estruturantes como a criação do Parque Ciência e Tecnologia, denominado, Avepark, onde se encontra instalado o Instituto 3 B's Research Group, Spinpark, Farfetch, entre outros, e a construção de equipamentos necessários à prossecução e à atratividade de Guimarães como um todo. Na área empresarial, o Parque Industrial de São João Ponte, Fafião-Briteiros Sto. Estêvão, Sande Vila Nova, Brito, Guardizela, Lordelo, entre outras, bem como com a criação, participação e colaboração em associações vocacionadas para a dinamização de atividades económicas, empresariais e sociais de âmbito local (Associação de Jovens Empresários de Guimarães – AJEG, Associação Comercial e Industrial de Guimarães - ACIG, entre outras). Para o efeito, foram encetados esforços no sentido de concretizar estas políticas, nomeadamente através da concessão de apoios/benefícios de natureza tributária, de modo a tornar o concelho mais atrativo à realização de investimentos económicos que viabilizem a criação de riqueza, emprego e a oportunidade da criação de novas áreas de negócios, bem como a criação ou o aumento de postos de trabalho, atento o quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais, fixado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do qual compete aos municípios prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações. A concessão destes apoios/benefícios foi disciplinada através do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM) para o concelho de Guimarães, aprovado pela Câmara Municipal por deliberação de 12 de dezembro de 2013, sancionado pela Assembleia Municipal em sua sessão de 30 de dezembro de 2013, visando definir critérios a adotar pela Câmara e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação destes projetos assim como estabelecer os termos efetivos da atribuição de isenções totais ou parciais de impostos municipais,



1.

contribuindo para uma maior transparência nas deliberações tomadas pelos órgãos municipais. Volvidos cerca de 5 anos da entrada em vigor do RPEIM, verificadas algumas alterações legislativas, nomeadamente as operadas à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua redação atual, dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, e pretendendo o Município dar continuidade a este quadro de incentivos, é chegada a altura de rever o Regulamento que disciplina esta matéria. Assim, para além de resolvidos e aclarados alguns pontos que mereciam tratamento distinto, o atual RPEIM reflete a nova estratégia municipal no domínio do desenvolvimento económico. Uma estratégia que pretende dar especial relevo às ações que visem novas estratégias de transição para a promoção de um território sustentável, focado na estratégia da economia circular, e nas iniciativas que fomentem ou promovam tecnologias, produtos, serviços, modelos de gestão ou de negócio, que contribuam para uma redução efetiva do consumo de matérias-primas, geração de resíduos e emissões de gases com efeito de estufa e de poluentes atmosféricos na totalidade da cadeia de valor associada — utilizador ou consumidor final incluído — gerando simultaneamente valor acrescentado — económico e social. Rumando, assim, a um ciclo produtivo mais sustentável, em toda a cadeia de valor, promovendo a reutilização dos recursos e dos materiais e, consequentemente, a diminuição da pegada ecológica. Não menos importante, e na senda da estratégia nacional para a digitalização da economia, a nova estratégia municipal de desenvolvimento económico visa também atribuir enfoque à Indústria 4.0 - caracterizada pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção, que permite acompanhar, em tempo real, tudo o que se está a passar nas linhas de produção ou ainda eliminar substancialmente o desperdício, alteração na

relação entre os vários intervenientes na cadeia de valor- e subsequente transformação digital, baseada no desenvolvimento de tecnologias que permitam mudanças disruptivas nos modelos de negócio, nos processos e nos produtos através de um conjunto de tecnologias inteligentes de materiais, de conectividade e de tratamento e armazenamento eletrónico de grandes volumes de informação. Uma nova visão estratégica a que o quadro regulamentar de que o Município dispõe neste domínio se deve adaptar. E, considerando o elevado número de alterações a introduzir no texto do Regulamento atualmente em vigor, justifica-se a sua revogação e a aprovação de um novo Regulamento, nos termos em que agora se propõe. A Câmara Municipal, em sua reunião de 18 de outubro de 2018, deliberou dar início ao procedimento tendente à aprovação da alteração ao Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal em vigor, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo, nem foram apresentados contributos para a elaboração de alteração ao Regulamento. A presente proposta de Regulamento será, ainda, objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do estabelecido na alínea d) do artigo 15.º e dos nºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das alíneas k) e ff) do n.º 1 do artigo



33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal. Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere propor à aprovação da Assembleia Municipal a suspensão imediata da vigência do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal em vigor, suspensão que se deve manter até à entrada em vigor do novo Regulamento. Os procedimentos administrativos de candidaturas a Projetos Económicos de Interesse Municipal que sejam apresentados nos serviços municipais após a aprovação, do projeto do presente regulamento, serão analisados ao abrigo das normas do novo Regulamento. Por fim, as normas do projeto de Regulamento que agora se propõe aprovar, e outras de idêntica natureza, serão, no futuro, introduzidas num regulamento geral integrador dos incentivos municipais a atribuir pelo Município de Guimarães." O projeto do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O ponto da ordem de trabalhos tratado agora é a apreciação da proposta do novo *Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal - RPEIM*, com vista à sua apresentação à Assembleia Municipal, juntamente com o pedido da suspensão imediata do atual até à entrada em vigor do novo regulamento. Recuando um pouco no tempo, lembramos que no passado sistematicamente se desdenharam as propostas da oposição que apontavam para a imperiosa e urgente necessidade de implementação de políticas

municipais ativas na captação de investimento, fator determinante na promoção do desenvolvimento económico e aspeto fundamental para as vertentes sociais e demográficas do nosso concelho. Tomando consciência deste imperativo municipal, deu à luz, o anterior executivo, presidido pelo atual presidente Câmara, o chamado *Regulamento de Projetos Económicos e de Interesse Municipal*, aprovado na reunião de Câmara de 12 dezembro 2013. Tal regulamento, que na altura mereceu da nossa parte algumas reservas, nomeadamente as relacionadas com o peso do parâmetro atribuído ao número de postos de trabalho a criar, visava, como era dito na sua apresentação, definir os critérios a adotar pela Câmara e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação dos projetos de investimento no nosso concelho com vista à eventual concessão de isenção total ou parcial de impostos e taxas municipais. A sua aplicação, ao longo destes anos, evidenciou algumas lacunas e insuficiências que aqui foram realçadas em intervenções de várias forças partidárias, ficando sempre no ar o reconhecimento da necessidade de uma futura revisão com vista a melhorar sua eficácia face aos objetivos pretendidos. Assim, em 18 de outubro 2018, deliberou esta Câmara dar início ao procedimento para alteração do referido regulamento. O documento que agora nos chega, e que será ainda, objeto de apreciação pública, diz pretender estimular um desenvolvimento económico que tenha presente o conceito de *economia circular* assente na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, inspirado nos mecanismos dos ecossistemas naturais, um objetivo fundamental não só na salvaguarda do ambiente como sobretudo na racionalização dos consumos dos recursos naturais face ao aumento exponencial da população mundial e do seu progressivo acesso aos bens de consumo, privilégio, no passado, dos chamados países desenvolvidos. Numa análise breve ao texto do documento, fica claro que a





11

fu

partir de agora já nem todos os setores de atividade económica se podem candidatar à classificação de projetos económicos de interesse principal. Na verdade, o ponto 2 do artigo 2º refere que podem ser objeto de candidaturas a PEIM os projetos de investimento nas áreas de: a) Agricultura, pecuária, silvicultura e extração de minerais; b) Indústria transformadora. Podendo ainda, excecionalmente, ser objeto de candidatura, projetos de investimento de outras áreas de atividade económica desde que, razões de relevante interesse público para economia local o justifiquem, aspeto que, na verdade, merece a nossa concordância. No tocante às condições objetivas previstas no artigo 6º., temos agora um filtro com o qual estamos de acordo já que impõe, cumulativamente, várias condições: O valor mínimo para o investimento de €50.000; Criação do mínimo de 5 postos de trabalho; O período máximo de implementação de quatro anos; Viabilidade económica e reconhecida idoneidade; Prova na implementação de práticas de eco inovação e de projetos reveladores de manifesto interesse ambiental; E que envolvam operações urbanísticas passíveis de viabilidade. Finalmente, também do artigo 12º, estabelece novos critérios para a determinação dos benefícios a conceder: Reduz o peso do investimento de 40% para 25%; Reduz peso do número postos trabalho de 30% para 25%; Reduz o peso do parâmetro tempo de implementação do projeto de 20% para 5%; Elimina o peso idade do promotor de 5%; Mantém o parâmetro de 5% para as empresas sediadas em Guimarães. As novidades, são o novo parâmetro de 30%, criado para distinguir os projetos com provas demonstradas na implementação de práticas de eco inovação e de interesse ambiental, respeitadoras das recomendações contidas no "Manual de boas práticas de sustentabilidade", assim como um novo parâmetro de 10% para os projetos que promovam a inclusão social. Concordando embora com a generalidade das importantes alterações agora propostas introduzir ao

RPEIM, iremos, tal como o fizemos aquando da votação do primeiro regulamento, optar pela abstenção pelo facto de considerarmos que o principal objetivo desta iniciativa deveria ser a criação de postos de trabalho o que exigiria, a nosso ver, a atribuição, na avaliação das candidaturas, de um muito maior peso a este parâmetro postos de trabalho que sai agora, agravado ainda, com uma redução de 30% para 25%." -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NO ÂMBITO DA REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E NOVOS LICENCIAMENTOS DO EDIFICADO SUBJACENTE AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA** – Presente a seguinte informação: “Os serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento Municipal sobre isenção de taxas urbanísticas no âmbito da regularização urbanística e novos licenciamentos do edificado subjacente ao desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à aprovação daquele Regulamento, para posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do



L.

Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – PROPOSTA DE NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2019** – Presente a seguinte proposta: “O Orçamento Participativo (OP) tem-se assumido como um instrumento fundamental de participação dos cidadãos em Guimarães, ajudando com as suas propostas a adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; Considerando, ainda, que o OP tem potenciado o exercício da cidadania informada, ativa e responsável, no âmbito de uma política de governação municipal que tem procurado, nos últimos anos, fomentar o debate público dos instrumentos de gestão do território ou sobre questões fundamentais para a governação do Município; Considerando, ainda, que o OP deve ser um processo dinâmico, que acolha permanentemente as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da nossa população; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu, mais uma vez, os cidadãos e as forças políticas locais num processo de análise, debate e discussão sobre a metodologia a definir para esta edição do OP, procurando não só adequar, adaptar e corrigir alguns dos constrangimentos e fragilidades detetados, como igualmente consolidar as boas práticas adquiridas nas anteriores edições, como o recurso às novas tecnologias que possibilitam uma maior facilidade e segurança na participação por parte de todos os cidadãos. Igualmente, são introduzidas novas áreas de intervenção possibilitando aos cidadãos a apresentação de ideias inovadoras e que coloquem em prática projetos diferenciadores e potenciadores dos valores de participação cívica. Como resultado dessa reflexão, proponho que a Câmara Municipal aprove as Normas de Participação da VII edição do Orçamento Participativo de Guimarães e da V edição do Orçamento

Participativo das Escolas para 2019.” As Normas de Participação da VII edição do Orçamento Participativo de Guimarães e da V edição do Orçamento Participativo das Escolas para 2019 dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS**

**– RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Pelo meu despacho de 15 de janeiro de 2019, autorizei, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o recrutamento de 20 assistentes operacionais, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, para substituição de trabalhadores ausentes nos estabelecimentos de educação e ensino, atenta a urgência manifestada pelos serviços, pelo recurso à reserva constituída no âmbito do procedimento concursal aberto na sequência de deliberação da Câmara Municipal de 22 de fevereiro de 2018. Competindo ao órgão executivo, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a aprovação do recrutamento de trabalhadores, submete-se a ratificação da Câmara Municipal aquela decisão de autorização.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “No mapa de Pessoal para 2019 encontram-se previstos postos de trabalho livres que correspondem a necessidades dos serviços, salientando-se a necessidade de se promover, desde já, alguns recrutamentos, designadamente na área do apoio administrativo, que se vem tornando deficitária e motivou já, na sequência de autorização da Câmara Municipal dada na sua reunião de 7 de junho de 2018, a abertura de oferta de mobilidade, a cuja reserva de recrutamento se pretende decorrer, bem como na área da chefia e coordenação operacional. Submete-se, assim,



a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização para a promoção dos seguintes recrutamentos: a. 14 assistentes técnicos para diferentes serviços do município; b. Um encarregado geral operacional para assegurar a coordenação de encarregados operacionais no âmbito da Divisão de Gestão e Conservação do Departamento de Obras Municipais; c. Um encarregado operacional para assegurar a coordenação da equipa de Eletricidade e Intervenção Rápida, também no âmbito da Divisão de Gestão e Conservação; d. Dois encarregados operacionais para assegurar a coordenação das equipas de limpeza da Divisão de Serviços Urbanos, integrada no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. Os postos de trabalho encontram-se previstos no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano e a correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES (PTE) – ANO LETIVO 2019/2020** – Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, em cada ano letivo, e em conformidade com a legislação em vigor em matéria de transporte escolar, é elaborado um plano que consagra a oferta de serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico e secundário. Nesse sentido, tendo por base o número de alunos que foram transportados no mês de novembro de 2017, o serviço de transporte escolar para o ano letivo 2019/2020 será organizado da seguinte forma: em circuito de carreira pública, para a generalidade dos alunos, num total de 3.209 do ensino básico e 1.812 do secundário, sendo o transporte assegurado pelas empresas *ARRIVA, PORTUGAL TRANSPORTES LDA.; AUTO-VIAÇÃO LANDIM, LDA.; TRANSDEV,*



NORTE S.A.; REDM-RODOVIÁRIA ENTRE DOURO E MINHO, licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e Transportes, IP, e pela TUG – TRANSURBANOS DE GUIMARÃES na área urbana, em circuito especial, para um total de 446 alunos, sendo o transporte assegurado em viaturas de aluguer ligeiras ou de aluguer pesadas. De acordo com o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020, o custo anual da oferta de serviço de transporte é de €2.602.779,85, assim repartidos: circuitos em carreira pública: €2.100.612,25; circuitos especiais em viatura de aluguer ligeira: €55.952,60; circuitos especiais em viatura de aluguer pesada: €446.215,00. Neste sentido, e para a execução do presente PTE serão desencadeados os procedimentos respetivos, de acordo com a lei aplicável, designadamente contratação excluída para os transportes em carreira pública, ajustes diretos para os circuitos especiais em viatura de aluguer ligeira à medida que forem solicitados pelos estabelecimentos de ensino, e concurso público para os circuitos especiais em viatura de aluguer pesada para o transporte de alunos do ensino básico que, em resultado do reordenamento da rede do 1º ciclo, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino. Perante o exposto, coloca-se à consideração superior a aprovação em reunião de Câmara do Plano de Transportes Escolares a vigorar no ano letivo 2019/2020, conforme documento em anexo.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – TUN’OBEES – TUNA FEMININA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Tun’Obees – Tuna Feminina de Engenharia da Universidade do Minho solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das tunas convidadas, no dia 6 de abril, entre a Universidade do Minho e o Centro



11

Cultural Vila Flor. Considerando que se trata da realização do XII Serenatas ao Berço – Festival de Tunas Femininas e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 13 de fevereiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – APROVAÇÃO DE 48 CANDIDATURAS** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA., remetendo, para aprovação do Órgão Executivo, uma proposta de aprovação de 48 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária de 19 de fevereiro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da empresa. -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos, no dia 11 de março, a Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 13 de fevereiro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à

aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2019** – Presente a seguinte proposta: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a preservação da nossa identidade e memória coletivas. Pela sua relevância pública, a proposta em apreço prevê a inclusão das seguintes festividades: Festas em Honra de Santa Apolónia, Festa Nossa Senhora do Rosário (Nespereira), Festa de São João Batista de Gondar, Festa de S. Vicente de Oleiros, Festas de São Cristóvão (São Cristóvão de Selho), Festas de S. João de Pencelo, Festas de Nossa Senhora de Fátima (Abação São Tomé), Festas de S. Martinho do Conde, Festas de Nossa Senhora do Rosário de Prazins Sta. Eufémia, Festa da Freguesia de Sande S. Martinho, Festa da Senhora da Madre Deus (Azurém) e Festas de Santa Maria de Atães. Assim, pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €149.300,00: -----

FESTA/ENTIDADE	MONTANTE
Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana)	85 000,00 €
Festas das Taipas - S. Pedro (Junta de Freguesia de Caldelas)	7 500,00 €
Romaria Grande - S. Torcato (Irmandade S. Torcato)	7 500,00 €
Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém)	5 000,00 €
Festas das Cruzes (Junta de Freguesia de Serzedelo)	5 000,00 €
Festas de S. Tiago (Junta de Freguesia de Ronfe)	5 000,00 €
Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas)	2 500,00 €
Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva)	2 000,00 €
Danças de S. Nicolau (Associação doa Antigos Estudantes do liceu de Guimarães)	1 500,00 €
Festas do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões)	1 000,00 €
Romaria da Senhora dos Remédios (Freguesia de S. Cláudio de Barco)	1 000,00 €
Festas de Stº António (Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra)	1 000,00 €
Carnaval das Caldas das Taipas (Organização Carnavalesca Taipense)	1 500,00 €
Festa de Carnaval Pevidém (Sol No Miral – Associação Cultural)	1 500,00 €
Festas de Nossa Senhora da Luz (Irmandade de Nossa Senhora da Luz - Creixomil)	1 000,00 €



21.

FESTA/ENTIDADE	MONTANTE
Festa de Carnaval de Nespereira Associação Cultural Carnavalesca de Nespereira	1 500,00 €
Ronda da Lapinha (Irmandade de Nossa Senhora da Lapinha)	800,00 €
Linhal da Corredoura de S. Torcato (Grupo Folclórico da Corredoura)	600,00 €
Festas de S. João de Calvos (Freguesia de Lordelo)	600,00 €
Festas de S. Sebastião (União de Freguesias de Serzedo-Calvos)	600,00 €
Festas de São Tiago de Lordelo (Freguesia de Lordelo)	600,00 €
Festas de Santo Amaro de Mascotelos (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente de Mascotelos)	800,00 €
Festas de S. Brás de Figueiredo (União de Freguesia Leitões, Oleiros e Figueiredo)	600,00 €
Feira dos 27 S. Torcato (Irmandade de São Torcato)	800,00 €
Festas de Nossa Senhora do Rosário Souto Santa Maria (Associação Santa Maria Com Vida de Souto Santa Maria)	600,00 €
Festas de N. S. do Rosário (Fábrica da Igreja Paroquial de Silves)	600,00 €
Festa da Senhora do Ó (União de Freguesias de Abação e Gémeos)	600,00 €
Festas de S. Brás de Selho S. Jorge (Fábrica da Igreja Paroquial de S. Jorge de Selho)	600,00 €
Festas de S. Cristóvão (Associação dos Motoristas de S. Cristóvão da Penha)	600,00 €
Festa de Nossa Senhora da Ajuda Moreira de Cónegos (Comissão de Festas)	600,00 €
Festa de São João Batista de Brito (Freguesia de Brito)	600,00 €
Festa de Nossa Senhora do Rosário de Brito (Freguesia de Brito)	600,00 €
Festa de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Ponte (Irmandade de Nossa Senhora do Rosário)	600,00 €
Festa de S. Martinho de Candoso (Fábrica da igreja Paroquial S. Martinho de Candoso)	600,00 €
Festas de S. João Baptista de Gondar (Junta de Freguesia de Gondar)	600,00 €
Festas de Nossa Senhora da Assunção de Vila Nova de Sande (Fábrica da Igreja da Paroquia de Santa Maria de Vila Nova de Sande)	600,00 €
Festas em Honra de Santa Apolónia (Freguesia de Silves)	600,00 €
Festa Nossa Senhora do Rosário (Freguesia de Nespereira)	600,00 €
Festa de S. Vicente de Oleiros (União de Freguesia de Leitões Oleiros e Figueiredo)	600,00 €
Festas de São Cristóvão (Fábrica da Igreja de S. Cristóvão de Selho)	600,00 €
Festas de S. João de Pencelo (Comissão de Festas)	600,00 €
Festas de Nossa Senhora de Fátima (Comissão Festas Abação São Tomé)	600,00 €
Festas de S. Martinho do Conde (Comissão Festas S. Martinho Conde)	600,00 €
Festas de NS do Rosário de Prazins Sta. Eufémia) (Comissão de Festas)	600,00 €
Festa da Freguesia (Freguesia de Sande S. Martinho)	600,00 €
Festa da Senhora da Madre Deus (Irmandade de Nossa Senhora da Madredeus)	600,00 €
Festas de Santa Maria de Atães (União de Freguesias de Atães e Rendufe)	600,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>149.300,00 €</b>

Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). Os subsídios atribuídos a Freguesias ficam condicionados à sua aprovação pela



Assembleia Municipal. As entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, sem as quais o pagamento não poderá ser efetuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais e a menção "Com o apoio do Município de Guimarães".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS SEGUINTE FESTAS/ENTIDADES: FESTAS DAS TAIPAS – S. PEDRO/JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS; FESTAS DAS CRUZES – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO; FESTAS DE S. TIAGO/JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE; ROMARIA DA SENHORA DOS REMÉDIOS/FREGUESIA DE BARCO; FESTAS DE S. JOÃO DE CALVOS/FREGUESIA DE LORDELO; FESTAS DE S. SEBASTIÃO/UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS; FESTAS DE S. TIAGO DE LORDELO/FREGUESIA DE LORDELO; FESTAS DE S. BRÁS DE FIGUEIREDO/UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO; FESTA DE S. JOÃO BATISTA DE BRITO/FREGUESIA DE BRITO; FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE BRITO/FREGUESIA DE BRITO; FESTA DE S. JOÃO BATISTA DE GONDAR/FREGUESIA DE GONDAR; FESTA EM HONRA DE SANTA APOLÓNIA/FREGUESIA DE SILVARES; FESTA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO/FREGUESIA DE NESPEREIRA; FESTA DE S. VICENTE DE OLEIROS/UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO; FESTA DA FREGUESIA/FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO; FESTA DE SANTA MARIA DE ATÃES/UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE. --**

**CULTURA – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO Nº 428 - ABAÇÃO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** - Presente a seguinte proposta: "O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento Nº 428 Abação





solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, nos dias 16 e 17 de março, a S. Mamede de Infesta. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito de atividades escutistas e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 08 de fevereiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS - 2018/2019 –**

Presente a seguinte proposta: "No âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, procedeu-se à receção e análise das candidaturas para apoios aos clubes desportivos para a época desportiva 2018-2019, sendo que, na data limite para a apresentação de candidaturas, a 31 de outubro de 2018, estavam devidamente inscritos no Registo Municipal das Associações Desportivas um total de 108 clubes, requisito indispensável para a apresentação dos pedidos de apoio ao financiamento municipal. Nos termos do Regulamento, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: **1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas** - Foram submetidas 42 candidaturas para esta época desportiva em curso e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi realizada uma avaliação qualitativa baseada nos termos do artigo 14º do RMADG. Mantendo-se a necessidade de dotar os principais clubes do nosso concelho com relvados sintéticos, potenciando o seu desenvolvimento desportivo e a aposta na formação de jovens, a Câmara Municipal apoiará a construção de um novo relvado sintéticos em Campelos/Vila Nova de Sande, com base em critérios objetivos como a área útil desportiva atualmente existente em cada clube, o número de campos de

futebol e de atletas e a percentagem de área desportiva por atleta. Para este novo relvado sintético propõe-se atribuir um subsídio de 200.000,00 euros ao Clube Operário de Campelos, que implicará a disponibilização de uma verba anual de 50.000,00 euros durante 4 anos. De forma a apoiar os clubes de uma forma mais sustentada, entendeu a Câmara Municipal estabelecer novos contratos programas de médio prazo com os clubes que necessitem de apoios financeiros que por diversos motivos terão de ser concedidos de forma faseada. Neste sentido, o Grupo Desportivo de Selho será concedido um apoio de 60.000,00 divididos por três anos, para a construção dos balneários devidamente licenciados, devendo a tranche final só ser concedida após a apresentação da licença de autorização para a utilização. Considerando a necessidade premente de requalificação de algumas instalações desportivas que exigem uma intervenção urgente no sentido de requalificar pisos desportivos e balneários em clubes desportivos com uma forte dinâmica formativa e um número muito expressivo de atletas em competição, como são os casos da Associação de Ciclismo do Minho, o Clube Desportivo Xico Andebol, o Brito Sport Clube, o Grupo Desportivo Recreativo e Cultural de Candoso S. Tiago, o Grupo Desportivo de Serzedelo, a Associação Cultural e Desportiva Ases Sta. Eufémia, o GCD Águias Negras Tabuadelo, Os Sandinenses GDRC, União Desportiva de Polvoreira, GDR Aldão, o CART, a Centro Comunitário Desportivo e Cultural de Gandarela, União Cultural Desportiva e Recreativa Guardizela, o Clube Operário de Campelos e o Núcleo de Árbitros de Futebol do Ave, a Câmara Municipal propõe-se atribuir os seguintes subsídios, no valor de 316.000,00 euros. -----

Associação de Ciclismo Minho	45.000,00 €	Obras de Adaptação do Centro de Ciclismo do Minho em Souto Sta. Maria para receber a prova do Campeonato do Mundo de BTT
GDRC Candoso S. Tiago	30.000,00 €	Obras na vedação e alteração da iluminação do



21

*fr*

		campo de jogos
CD Xico Andebol	20.000,00 €	Obras de requalificação dos balneários, ginásio, bancadas e zonas envolventes
Grupo Desportivo Serzedelo	20.000,00 €	Execução de projeto dos balneários e demais instalações
Os Sandinenses	20.000,00 €	Requalificação dos balneários, serviços de apoio e ginásio
União Desportiva Polvoreira	20.000,00 €	Execução de projeto dos balneários e demais instalações
CCDC Gandarela	20.000,00 €	Execução de projeto de balneários e salas de apoio
Grupo Desportivo Selho	20.000,00 €	Execução do projeto dos balneários e demais instalações desportivas, execução das respetivas obras
Brito Sport Clube	17.000,00 €	Execução de obras no seu campo de treinos
GDR Aldão	15.000,00 €	Construção de pequena bancada
ACD Ases Sta. Eufémia	12.500,00 €	Alteração da iluminação e execução de obras nos balneários
GCD Águias Negras Tabuadelo	10.000,00 €	Execução de obras nos balneários e demais instalações desportivas
Grupo Desportivo Ponte	10.000,00 €	Execução dos acessos aos balneários, renovação sistema sonoro e bancada
União Cultural Desportiva e Recreativa Guardizela	10.000,00 €	Finalização do projeto do complexo desportivo e instalações
CART	5.000,00 €	Substituição das luminárias para LED no pavilhão e aquisição e fixação dos postes de voleibol
Clube Operário de Campelos	5.000,00 €	Renovação do quadro elétrico devido a uma trovoadas e obras no seu campo de jogos
Núcleo Árbitros Futebol Ave	1.500,00 €	Renovação da sede social

**2. Apoio à formação desportiva** - Foram submetidas 48 candidaturas para 2018-2019 e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir subsídios a 47 clubes, no valor

de 389.000,00 euros. A construção dos novos relvados sintéticos potenciou o aparecimento de mais equipas em alguns destes clubes desportivos, aumentando assim o número dos atletas federados, e por conseguinte, originou um aumento dos subsídios atribuídos e esses mesmos clubes. -----

Vitória Sport Club	100.000,00 €
Moreirense Futebol Clube	20.000,00 €
Clube Desportivo Xico Andebol	17.500,00 €
CART	12.500,00 €
Casa do Povo de Fermentões	12.500,00 €
Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil"	12.500,00 €
Guimarães Rugby Union Football Club	12.500,00 €
GDR "Os Amigos de Urgeses"	12.500,00 €
Clube Caçadores das Taipas	12.500,00 €
Brito Sport Clube	10.000,00 €
CCD Desportivo de Ronfe	10.000,00 €
Pevidém Sport Clube	10.000,00 €
GD União Torcatense	10.000,00 €
Os Sandinenses GDRC	10.000,00 €
GCD Águias Negras Tabuadelo	10.000,00 €
Clube Desportivo de Ponte	10.000,00 €
GRCD Cadoso Santiago	10.000,00 €
GRC Aldão	10.000,00 €
União Desportiva de Polvoreira	10.000,00 €
ACD Ases Santa Eufémia	10.000,00 €
Guimagym	10.000,00 €
Academia de Patinagem de Guimarães	6.000,00 €
Grupo Desportivo de Selho	5.000,00 €
GD Unidos do Cano	5.000,00 €
Associação Juvenil de Karaté Portugal	5.000,00 €
Salgueiral - SARC	5.000,00 €
JUNI	3.000,00 €
GTeam - Guimarães Football Club	2.500,00 €
Centro Social de Brito	2.500,00 €





h...

*[Signature]*

União Desportiva de Airão	2.000,00 €
ARCAP	1.500,00 €
Clube Ténis de Guimarães	1.500,00 €
Núcleo de Atletismo das Taipas	1.500,00 €
Clube Rope Skipping das Taipas	1.500,00 €
UCRD de Guardizela	1.500,00 €
Grupo Desportivo de Serzedelo	1.500,00 €
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	1.000,00 €
ACRD Nespereira	1.000,00 €
Centro Social e Paroquial de Candoso	1.000,00 €
GDRC Os Mesmos das Cancelas da Veiga	1.000,00 €
ADC KFT Guimarães	1.000,00 €
Clube de Ténis das Taipas	1.000,00 €
Grupo Recerativo e Desportivo de Donim	1.000,00 €
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	1.000,00 €
Associação AMAR BTT Torcatense	1.000,00 €
Associação Juvenil Fórum Airão S. João	1.000,00 €
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	1.000,00 €
Clube Desportivo de Guimarães	500,00 €

**3. Apoio à realização de eventos desportivos** - Foram submetidas 41 candidaturas para esta época desportiva, e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir subsídios a 10 associações, no valor de 50.500,00 euros: -----

Associação de Futebol Popular de Guimarães	15.000,00 €
Associação de Ciclismo do Minho	10.000,00 €
ERDAL – Trail de Urgeses/Trail Fundador	5.000,00 €
CD Xico Andebol	5.000,00 €
Guimagym	5.000,00 €
Os Sandinenses	2.500,00 €
Núcleo de Atletismo das Taipas	2.000,00 €
União Cultural Desportiva e Recreativa Guardizela	2.000,00 €
GDRC os Amigos de Urgezes	2.000,00 €



JUNI	1.000,00 €
Casa do Povo de Cerzedo	1.000,00 €

**4. Apoio à atividade competitiva internacional e deslocações ao estrangeiro** - Foram submetidas 8 candidaturas para esta época desportiva, e após a verificação dos critérios de elegibilidade, foi igualmente realizada uma avaliação qualitativa nos termos do artigo 10º do RMADG, tendo a Câmara Municipal decidido atribuir apoios a duas associações no valor de 4.000 euros: -----

AMAR BTT Torcatense	2.000,00 €
Clube Rope Skipping das Taipas	2.000,00 €

Em síntese, e no conjunto, são atribuídos para a época desportiva 2018-2019 um total de €759.500,00 de apoios municipais aos clubes e associações desportivas sedeadas no Município de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO DE €200.000,00 AO CLUBE OPERÁRIO DE CAMPELOS PARA A EXECUÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO, ATRAVÉS DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR E QUE IMPLICARÁ A DISPONIBILIZAÇÃO DE UMA VERBA ANUAL DE €50.000,00 DURANTE 4 ANOS.** -----

**DESPORTO – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA MADRE-DE-DEUS - 13º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de Nossa Senhora da Madre-de-Deus, em colaboração com a Junta de Freguesia de Azurém, propõe-se promover o 13º Grande Prémio de Atletismo da Madre Deus, a realizar no dia 4 de maio, com início pelas 15.30h, com partida e chegada na Rua 24 de Junho, em Azurém, por ocasião das Festas em Honra de Nossa Senhora da Madre Deus. Depois do êxito alcançado no ano passado, organização pretende realizar novamente esta festa do atletismo, trazendo de novo às ruas de Azurém as



11

*fu*

centenas de jovens, numa das mais populares provas de atletismo do calendário anual. A prova destina-se a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos, divididos por escalões de benjamins, infantis, iniciados e juvenis, todos com inscrições gratuitas, bem assim como uma prova de 10 km destinada a juniores e seniores. Neste sentido, solicitam o apoio financeiro da Autarquia com vista a assegurar as despesas relacionadas com a homologação da prova, seguros, dorsais e t-shirts, pagamento de juizes e prémios. Considerando o interesse de que se reveste a reativação de uma prova desportiva com a tradição que esta tem, bem como a importância da mesma para a promoção do desporto numa gama alargada de escalões etários, proponho a atribuição, à Irmandade de Nossa Senhora da Madre-de-Deus, de um subsídio de €3.000,00, destinado a comparticipar nos custos de organização do 13º Grande Prémio de Atletismo da Madre Deus, a realizar no dia 4 de maio de 2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACADEMIA DE PATINAGEM DE GUIMARÃES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Academia de Patinagem de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos atletas, treinadores e delegados, nos dias 22, 23 e 24 de março, a Sines. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa no Campeonato Nacional de Show e Precisão e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 13 de fevereiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA**

EM MINUTA. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Presidente da Câmara informou que se passaria agora ao espaço reservado ao público, para que, quem pretendesse, pudesse colocar as suas questões. -----

**1. António Alberto Lima Pereira, Presidente da Direção do Centro de Atividades Recreativas Taipense (CART)** – Disse que lamentava que nesta reunião de Câmara só se tivesse discutido relvados sintéticos e que não se apoie a construção de pavilhões que possibilitem a prática de desportos como o voleibol, o hóquei em patins, o karaté ou a patinagem artística. Acrescentou que este clube se diferencia pela aposta no desporto feminino. Disse que o CART não tem dívidas, tem as contas em dia e que de alguns anos para cá não tem sentido apoio por parte da Câmara Municipal e que o seu trabalho não tem sido tão valorizado como o de qualquer outro clube com modalidades de pavilhão. Disse que o CART foi o único clube que viu reduzido o seu subsídio, tendo, também, a Junta de Freguesia cortado o apoio que vinha atribuindo anualmente, pelo que, em 2 anos, o total dos apoios concedidos ao CART foi reduzido em €15.000,00. Comparou o subsídio atribuído ao CART pela Câmara Municipal para a execução de um piso de madeira no pavilhão, no valor de €27.500,00, com o valor atribuído a outra entidade, para a mesma finalidade, no montante de €50.000,00. Mencionou outros apoios concedidos a entidades desportivas para exprimir a tristeza que sente com a diferença de tratamento que é dado ao clube que representa. Referiu que não queria que o CART fosse beneficiado, mas que fosse feita justiça em relação a outros clubes, dizendo não compreender por que motivo não foi atribuído, à semelhança do ano anterior, um apoio extraordinário para fazer face às despesas de deslocação da atividade do voleibol para os pavilhões das EB 2,3 de Briteiros e de Ponte, em virtude de



não poder ser utilizado o pavilhão da Escola Secundária das Taipas. Informou que a capacidade para receber atletas para a patinagem artística está preenchida e que os diversos escalões de formação do hóquei em patins debatem-se com problemas pela falta de infraestruturas adequadas, nomeadamente um pavilhão. Por fim, reconheceu a importância e elogiou o Protocolo firmado com o Município de Guimarães no âmbito da Educação, em que a modalidade da patinagem artística foi agora levada aos Agrupamentos de Escolas de Briteiros, Ponte e Taipas. -----

**2. Albino Pereira - Presidente do Grupo Desportivo e Recreativo Os Amigos de Urgezes** – Fez um ponto de situação sobre as atividades levadas a cabo pela Associação, bem como os projetos que pensam levar a cabo, referindo a importância do melhoramento das acessibilidades às suas instalações. -----

**3. Presidente da Câmara – Sobre as intervenções, esclareceu: a)** – Disse que, dentro das possibilidades, têm sido sempre atendidas as pretensões do CART, demonstrando disponibilidade para avaliar, juntamente com os Vereadores Ricardo Costa e Adelina Paula Pinto, alguma situação que considerem menos justa. Acrescentou que o CART dispõe de um pavilhão desportivo e que a EB 2,3 das Taipas tem dois pavilhões que servirão também a comunidade, podendo um deles ser adaptado à prática do hóquei em patins, em colaboração com o Conselho Diretivo da Escola. Referiu que os clubes desportivos, de um modo geral, estão a solicitar mais apoios porque estão a crescer e a sua dinâmica a aumentar. Disse que o concelho de Guimarães está bem servido no que a pavilhões desportivos diz respeito, congratulando-se com a existência de uma prática desportiva intensa por parte da população, que provoca uma sobrelotação das infraestruturas existentes; **b)** - Sobre a intervenção do Presidente do Grupo Desportivo e Recreativo Os Amigos de Urgeses, disse que a ligação à “rotunda seca” está a ser trabalhada no âmbito da revisão do PDM. -----

PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU  
POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A  
PRESENTE ATA. -----

*Ministro da Câmara*  
*Francisco X*